

## **POVOAMENTO DO INTERIOR SERIDOENSE DA PARAÍBA NO SÉCULO XVII**

Juvandi de Souza Santos

Lucas Ramon Porto de Assis



## POVOAMENTO DO INTERIOR SERIDOENSE DA PARAÍBA NO SÉCULO XVII: A GUERRA DOS BÁRBAROS

Juvandi de Souza Santos

Historiador/Arqueólogo/Paleontólogo/Espeleólogo - LABAP-UEPB

[juvandi@terra.com.br](mailto:juvandi@terra.com.br)

Lucas Ramon Porto de Assis

Graduando em História, UEPB

[lucasramon2009@hotmail.com](mailto:lucasramon2009@hotmail.com)

### RESUMO

O trabalho que se segue busca lançar luz sobre uma página da história da Paraíba ainda pouco estudada: a “Guerra dos Bárbaros” em seu território, especificamente no Seridó. O trabalho justifica-se precisamente por esta ausência de pesquisas que incidam sobre a parcela seridoense que pertence ao estado da Paraíba, pois a história desta vasta e disputada região está ligada, também, à do estado do Rio Grande do Norte, onde as investigações e as fontes são muito mais abundantes. Assim, analisando a literatura já produzida e alguns documentos, nomeadamente de concessão de sesmarias, a presente pesquisa demonstra o penoso processo de povoamento do território a que se denominou Seridó da Paraíba, elencando, como objetivo-chave, o desenrolar do mais longínquo e dispendioso conflito já travado nas terras do Brasil, ocasionador de um literal genocídio contra grupos indígenas que se opunham à expansão da máquina colonial, a Guerra dos Bárbaros no front do Seridó.

**Palavras chave:** Seridó paraibano, Povoamento, Guerra dos Bárbaros.

### ABSTRACT

The following work seeks to shed light on a page in the history of Paraíba that has not yet been studied much: the “Guerra dos Bárbaros” in its territory, specifically in Seridó. The work is justified precisely by this lack of research that focuses on the Seridó parcel that belongs to the state of Paraíba, because the history of this vast and disputed region is also linked to that of the state of Rio Grande do Norte, where investigations and the sources are much more abundant. Thus, analysing the literature already produced and some documents, namely the concession of sesmarias, the present research demonstrates the painful process of population settlement in the territory called Seridó da Paraíba, listing, as a key objective, the development of the longest and most expensive conflict ever waged in the lands of Brazil, causing a literal genocide against indigenous groups that opposed the expansion of the colonial machine, the Guerra dos Bárbaros on the front of Seridó.

**Keywords:** Seridó of Paraíba, Settlement, Guerra dos Bárbaros

## INTRODUÇÃO

O período que compreende o fim da Guerra Brasílica e consequente definitiva expulsão do invasor holandês das terras do Brasil (1654) é o mais importante para a consolidação do domínio lusitano sobre sua colônia americana. Eliminadas ou mitigadas as ameaças estrangeiras, e com Portugal novamente independente na condução de sua política externa (pois que se findara a União Ibérica em 1640), passava a ser possível o retorno definitivo ao esforço de exploração das imensas potencialidades da terra brasileira, que haveriam de, no referido período histórico, expandir-se para as sertanias outrora inexploradas pelos primeiros colonos lusos, onde uma economia complementar surgiria, propiciando também o povoamento deste vasto interior.

Neste contexto, as Capitanias do Norte, que foram aquelas efetivamente afetadas pela invasão batava, protagonizam este característico processo de repovoamento e retorno econômico. Em vistas do fato de no litoral destas Capitanias localizar-se o epicentro da produção açucareira do Império Luso, que foi drasticamente reduzida pela ação predatória da guerra de libertação (na Paraíba, ali foi estratégia militar a destruição dos engenhos pelos próprios colonos para causar prejuízos aos holandeses), era indispensável à rápida retomada das atividades econômicas, sob pena de o Brasil sofrer duras perdas em sua economia. Com tal intuito, os capitães-mores das Capitanias do Rio Grande, Paraíba e Pernambuco prontamente evocavam o retorno daqueles colonos que possuíam terras nos respectivos territórios, exortando-os a retomarem os engenhos e lavouras de cana de açúcar, sob o risco da perda dos direitos sobre as terras, que retornariam à mercê da Coroa para serem concedidas a novos sesmeiros, compromissados com a saúde da fazenda real. Juntamente com os colonos vinham os terços militares, egressos dos conflitos anteriores, e destes o papel dentro das novas necessidades da colônia brevemente será demonstrado.

Logo depois de mitigados os maiores estragos no litoral, voltar-se-ão os novos colonos e aventureiros afins para as áreas consideradas improdutivas, pois que impróprias ao plantio da cana de açúcar, do “deserto despovoado” que era o sertão do território do Norte. Naturalmente, estas campanhas sertão adentro eram instigadas por interesses econômicos e militares — visto que a diversificação da matriz produtiva fazia-se necessária, especialmente com a consolidação do povoamento, que demandava produção maior de alimentos —, impulsionado bem como pelo desejo de consolidação de todo o território sob a égide da Coroa Lusa, evitando que sofresse, a máquina colonial, ataques proveniente do próprio interior, já que foram os bárbaros Tapuia (especialmente os Tarairiú) que prontamente apoiaram os holandeses na luta contra Portugal e os colonos, e que, naquela altura, eram os verdadeiros senhores das sertanias devolutas. Estabelecendo o primórdio da ocupação curraleira do interior pela ribeira dos rios, dentre os quais destacam-se (na Paraíba e Rio Grande) Seridó, Do Peixe, Açu e Piranhas, a atividade pecuarista será, especialmente no Seridó do atual Rio Grande do Norte, indispensável para a compreensão do povoamento e desenvolvimento destas áreas semiáridas do Norte do Brasil de finais do século XVII e decurso do XVIII.

Sintetizado o processo de interiorização da colonização do Brasil, que contará com detalhamentos suficientes no decurso do trabalho, deve-se destacar uma presença constante na própria história da colônia, e que se faz em tanta medida quanto o colono branco no período: o indígena. Os portugueses, quando de sua chegada a Vera Cruz, já se haviam deparado com estes gentios, da grande etnia Tupi, os ditos senhores do litoral. No entanto, estes primeiros grupos contatados raramente poderiam ser comparados aos habitantes do interior, embrutecidos pelas condições ambientais adversas daquele “deserto” onde viviam, e adeptos à guerra, que os levava ao desterro da costa em direção à inóspita região onde habitavam: eram os Tapuia, considerados bárbaros pelos seus conterrâneos Tupi, por quem nutriam mútua ojeriza. Serão estes os indígenas antagonistas principais da colonização, razão pela qual a justa “Guerra dos Bárbaros” ser-lhes-á declarada, culminando na incontestável supremacia da oroa portuguesa sobre deles os antigos habitats, e na extinção de muitos destes aguerridos gentios (PIRES, 2020).

Assim, inserido neste contexto de expansão definitiva da máquina colonial pelos territórios das

Capitanias do Norte, o presente trabalho determina seu recorte espacial enquanto a região do Seridó, compreendida para além dum espaço geográfico, pois que se configura enquanto um agrupamento de congruências históricas, culturais e econômicas, irrompendo mesmo os limites geopolíticos ao contemplar o território tanto da Capitania da Paraíba quanto do Rio Grande. Destacar-se-á a parcela paraibana desta região, hoje composta por 15 municípios, buscando recontar o processo de povoamento e exploração primordial que ali se processou após a expulsão dos holandeses, com enfoque para a presença dos indígenas no desenrolar deste fenômeno histórico e conseqüente ambiente de conflito que imperou, marcadamente a partir dos anos 1680, ao que se dá a denominação genérica de Guerra dos Bárbaros.

O trabalho, para sua consecução, contou com a consulta a documentos da época, nomeadamente relativos a requerimentos e doações de terra, bem como a uma extensa bibliografia já produzida sobre o tema de interiorização da colonização, tendo principal enfoque o Rio Grande, visto a insuficiência de trabalhos sobre a Paraíba. Ademais, organiza-se o estudo de forma a serem tecidas considerações sobre o fenômeno histórico da Guerra dos Bárbaros, em seguida, contextualizando-o com a realidade do Seridó da Paraíba, especialmente no tocante às razões da eclosão do conflito em terras paraibanas, os grupos indígenas envolvidos e o seu desfecho final.

## **A GUERRA DOS BÁRBAROS: CONTEXTO GERAL**

Segundo, Maria Idalina da Cruz Pires (2002), o conflito intitulado “Guerra dos Bárbaros” (1650 e 1720) ocorreu entre os sertões da Bahia e do Maranhão, resultando em um verdadeiro genocídio indígena. A disputa foi entre os colonos e os indígenas intitulados de Tapuias. Os principais motivos que causaram conflito foram: a posse da terra e a utilização da mão de obra. Inicialmente, a relação entre indígenas e brancos era considerada estável, entretanto conforme o tempo foi passando, os nativos perceberam que a relação antes de igualdade entre ambos passou a beneficiar apenas os colonos brancos, que escravizavam seu povo e estavam apossando-se de suas terras.

Devido à documentação ser de difícil acesso e a divergências e congruências existentes não se sabem precisar exatamente o início dos conflitos, então se aponta entre 1655 e 1657, quando o governador da Paraíba lançou uma série de ofensivas contra os povos Jandui, devido a estes povos terem dado suporte aos holandeses, e, além disto, o governo tentava ocupar as sesmarias pertencentes a esse povo, resultando na primeira tribo que de fato se levantou contra os portugueses.

Na Paraíba, Theodósio de Oliveira Ledo se destacou na luta no sertão, contra os indígenas da tribo Sucuru, entre o Riachão de Timbaúba e o de Santa Clara (atualmente Cariri) que se estendeu até o Rio Piranhas (atual Sertão). A partir desse momento, os focos de conflitos se espalham para Pernambuco, envolvendo a tribo Kariri, pertencente ao grupo Tapuia. O confronto armado durou três anos.

É a partir de 1687 que o conflito tomou maiores proporções: começaram a se tornar mais frequentes e os documentos que abordam essa questão principalmente no que se refere aos estragos feitos pelos índios (PIRES, 2002). É nesse momento que entram em cena os paulistas, que se destacavam por serem os únicos que possuíam a “arte” de guerrear contra os bárbaros, destruir quilombos e encontrar pedras e metais preciosos, adaptando-se perfeitamente às condições climáticas do semiárido sertanejo. Seus terços eram formados por indígenas aliados, mamelucos e até mesmo criminosos em busca de perdão da coroa (SANTOS, 2018).

Em 1720 encontra-se o último registro sobre os levantes indígenas, convencionando-se esta data como a do derradeiro embate desta grande guerra.

O resultado foi um dos maiores genocídios já vistos na história brasileira, a expansão da agropecuária

e o repovoamento das terras por europeus. Um fato muito interessante de se notar é a resistência dos índios Tapuias, que desenvolveram técnicas de guerra únicas, a união de diversas tribos (Confederação dos Cariris) com o intuito de barrar o avanço dos colonos, prolongando ainda mais a guerra.

Devido a Paraíba fazer fronteira com o Rio Grande do Norte, a história do Seridó de ambas praticamente caminham juntas. As tribos indígenas que existiam nessa região dividiam território com os do Rio Grande do Norte, dentre elas estavam os Caicós, que pertenciam à grande etnia Cariri e falavam uma língua do tronco Macro-Jê. Por volta de 1700, os bandeirantes chegaram à região e iniciaram a perseguição aos aldeamentos dos índios. Pouco tempo depois, os Caicós se renderam e os indivíduos que sobreviveram foram enviados para o litoral. Outro fato marcante foi a passagem do capitão-mor Domingos Jorge Velho, o qual em um dos seus ataques a área do Seridó, aniquilou mil e quinhentos indígenas e apresou mais de trezentos, os poucos que se dispersaram para outras áreas (MEDEIROS FILHO, 1984).

Com os paulistas em processo de devassa territorial dos indígenas, cria-se estruturas militares, as casas-fortes, para dar-lhes o sustentáculo em força que necessitavam para as guerras sangrentas.

### **PARA OESTE: A GUERRA EXPANDE-SE AO SERIDÓ**

A conquista da Capitania da Paraíba (do Norte) sempre foi marcada pelo confronto com os habitantes naturais da localidade. A fundação desta Capitania foi suscitada pela necessidade de proteção contra a agressividade dos indígenas Potiguares, coligados com os franceses, que causaram grandes destruições à antiga Capitania de Tamaracá, ameaçando a próspera Nova Lisboa (Pernambuco), centro da produção açucareira do Brasil quinhentista. Após clamores dos administradores e senhores de engenho pernambucanos, a administração colonial definitivamente decidiu-se pelo desmembramento da selvagem Capitania de Tamaracá, dali derivando a parcela norte enquanto nova Capitania (Paraíba). Sendo determinada sua fundação, apenas a 1585, depois de renhidas batalhas pelo controlo da costa paraibana, será possível estabelecer estavelmente um núcleo urbano de onde seria organizada toda a produção açucareira da Capitania, quando, em 05 de agosto do referido ano, é fundada a cidade de Filipeia de Nossa Senhora das Neves, sob a égide da Coroa das Espanhas, Capital da Capitania Real da Paraíba.

Depois de fundada, inclusivamente com auxílio de índios Tabajara, opositores ou aliados casuais do gentil Potiguara, a Capitania da Paraíba, esta haverá de protagonizar, juntamente com as suas vizinhas de norte e sul, um novo e ainda mais cruento ambiente de conflitos: a invasão holandesa. Não tanto pelo processo de conquista dos protestantes batavos do território, mas devido aos esforços futuros em expulsá-los, quando não mais convinha tal ocupação: os colonos paraibanos utilizaram-se da técnica de terra arrasada, destruindo os meios de produção e aprofundando a crise de subsistência e de rendas que se observaria após a definitiva liberdade, a 1654. Por esta razão, limitar-se apenas a uma região costeira arrasada e despovoada não mais poderia chegar para atender aos interesses da máquina colonial, e passará a ser condição *sine qua non* para o sucesso da colonização, a partir daquele momento, um intenso processo de interiorização, processado com o suporte de atividades de subsistência, nomeadamente a pecuária, inaugurando o ciclo complementar do couro e da carne, característico da região semiárida do Nordeste brasileiro até os dias atuais (ABREU, 1969).

Assim, é justo afirmar que a guerra sempre foi inerente à Paraíba e seus habitantes, desta forma não sendo inesperado ou surpreendente que o decurso do século XVII ainda reservasse-lhes novos conflitos, outra vez contra os nativos que impediam o avanço da civilização, com núcleo não mais no litoral, mas nas longínquas e desconhecidas sertanias, e contra gentios cuja violência e cujo ressentimento contra o colono não possuía paralelo. Apesar disso, é preciso ressaltar que, ainda nos primórdios do processo de ocupação deste interior da Capitania da Paraíba, com destaque para o que hoje é o Seridó do estado, houve um processo de mútua tolerância entre indígenas e colonizadores, pois que ambos apercebiam-se das vantagens desta

convivência: em permitindo o estabelecimento dos currais e das criações de gado solto nas ribeiras dos rios onde habitavam, as etnias Tapuia mais receptíveis ao contato com o homem branco ganhavam aliados contra as tribos hostis, além de garantirem a sua incolumidade em relação à máquina colonial predatória, ao menos *a priori* (LIMA, 2004). A isto se pode denominar, seguindo a denominação de Marcos Galindo Lima, como “alianças introdutórias”, que ocorriam mesmo à revelia do que desejava a administração geral da colônia, e estas contradições haverão de ser efetivamente sanadas quando a série de conflitos emerge, a partir de 1680, da denominada Guerra dos Bárbaros.

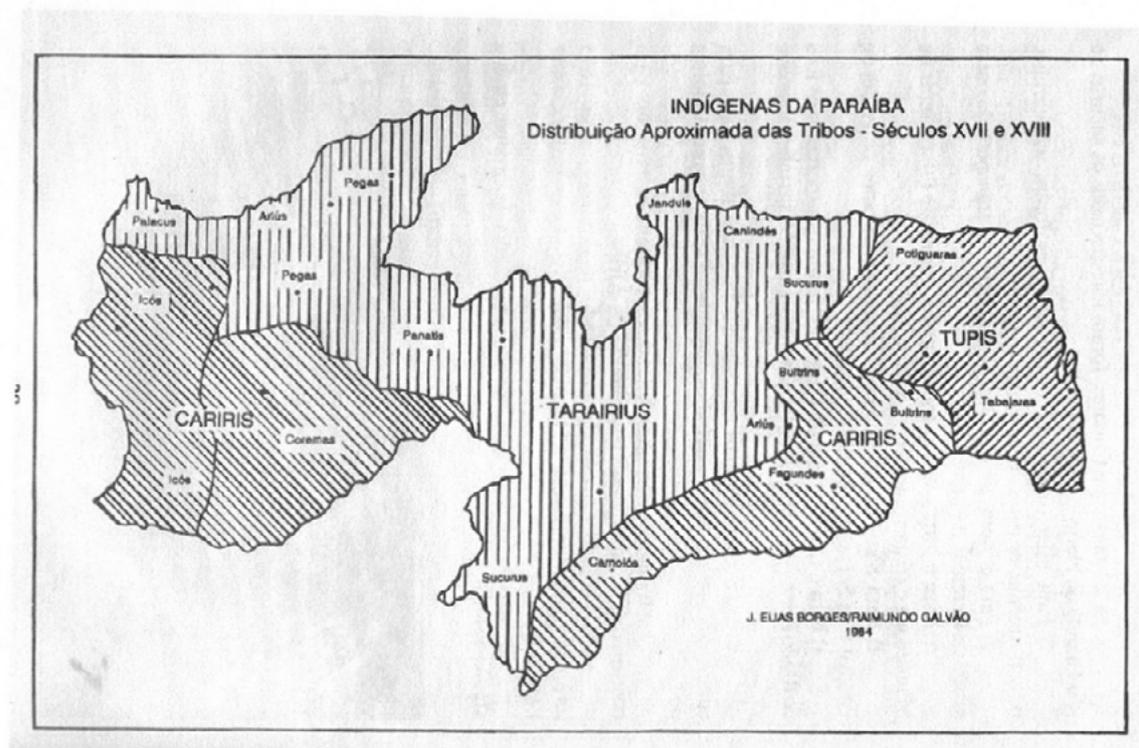
Antes de adentrar-se efetivamente no contexto da guerra, é importante o ressaltar de algumas questões referentes aos indígenas, protagonistas do conflito. Denominados genericamente de Tapuia, estavam divididos em uma multitude de grupos e tribos dispersos pela imensa sertania da colônia. Referente especificadamente ao Seridó, são grupos nativos da localidade os Janduí, principalmente na área da Paraíba, bastante aguerridos, Panati, Canindé, Pega e Corema, conforme os mapas esquemático abaixo apresentam (a ressaltar que, parte do que hoje é o Seridó rio-grandense já pertenceu à Paraíba) (Figura 1). O mapa/cartograma de Elias Borges nos traz uma divisão hipotética da Paraíba pelos indígenas contactados (Figura 2).

FIGURA 1 - MAPAS DA DISPERSÃO INDÍGENA NO RIO GRANDE DO NORTE E PARAÍBA, EM CONFIGURAÇÃO LIMÍTROFE ATUAL.



FONTE: LOPES (1998).

FIGURA 2 – MAPA/CARTOGRAMA DE ELIAS BORGES.



BORGES, José Elias. Índios paraibanos: classificação preliminar. In: MELO, José Octavio de Arruda & RODRIGUEZ, Gonzaga. (org.). **Paraíba: conquista, patrimônio e povo**. João Pessoa: Edições GRAFSET, 1993, 21-38

FONTE: BORGES (1993).

Para que se compreenda uma das razões mais importantes para que as guerras justas contra os nativos fossem deflagradas, basta analisar alguns dos requerimentos de sesmarias por parte de colonos em território da Paraíba e Rio Grande, nomeadamente, nas proximidades dos rios Piranhas, Açu e Seridó. A ausência de utilização prática da terra significava o status de devoluta, e todo o território sertanejo das capitanias mencionadas enquadrava-se nesta definição legal, justificação utilizada pelos sesmeiros em potencial para requerê-las. Havia outro denominador comum nestas terras: os índios, “brabos” e selvagens, que poderiam mesmo comprometer o progresso da civilização colonial, e frequentemente o faziam ao atacar os ainda primitivos assentamentos pecuaristas dos brancos. Observem-se duas cartas de requerimento de terras, a 1676, nas ribeiras dos rios Açu (alto Sertão) e Acauã (no Seridó do Rio Grande), evidenciando ambos estes fatos:

[...] tem suas criações de gados vacum e cavaladuras e não tem terras suas onde as pode acomodar e de presente tem descoberto no sertão desta Capitania por onde corre o Rio Assinum [nome do atual rio Açu] muitas terras devolluptas e desaproveitadas que nunca foram povoadas, por estarem em poder do gentio brabo (LOPES, 1998, p. 263).

[...] tem suas criações de gados vacum e cavalaes e não tem terras suas onde as poder acomodar e de prezente tem

**descoberto no Sertão desta capitania terras devollutas em hum Rio que chama acauham, que nunca forão povoadas nem aproveitadas por estarem em poder do gentil (sic) bravo (LOPES, 1998, p. 264).**

O protagonismo do Rio Grande do Norte na história da Paraíba deve-se ao fato de que grandes parcelas da terra paraibana terem sido tomadas pelas cidades da Capitania do Rio Grande, especialmente em fins do século XVIII. Na Paraíba, assim, no decurso dos anos 1660 até 1680, antes da eclosão da guerra geral, foram personagens como os pertencentes à família Oliveira Ledo e o histórico Fernandes Vieira que lideraram o processo de conquista e expansão sertão adentro, estabelecendo os currais e núcleos de povoamento, com suas fazendas e casas-fortes/arraiais (futuras cidades do interior da Paraíba) sob a égide da agricultura de subsistência e da pecuária.

Chegando à década de 1680, quase três décadas desde a expulsão dos holandeses, já existem avançados centros produtores de carne e couro no interior do Rio Grande e da Paraíba, e o Seridó é o epicentro deste ciclo complementar da economia colonial, alimentado basicamente todo o Norte do Brasil à medida que as atividades açucareiras avançavam na costa. Já se configuram enquanto insustentáveis e mesmo perniciosas aos interesses dos colonos quaisquer alianças com os indígenas que não sejam a total submissão (aldeamento em missões), e os Tapuia estavam cada vez mais pressionados em um reduzido território natural, uma vez que as rotas de expansão pecuária partiam desde o litoral leste até o Maranhão e o Ceará. Neste contexto, os indígenas configuravam uma verdadeira barreira ao progresso da colonização, e um choque violento contra eles era quase inevitável: esperava-se o aldeamento, a extinção total por meio de guerra justa, ou mesmo o aprisionamento legal, como faziam os bandeirantes.

Pode-se traçar o princípio da Guerra dos Bárbaros em território do Rio Grande, depois a dispersar-se por Paraíba, Ceará e Pernambuco, especificadamente na já mencionada ribeira do Açu, quando, para vingar a morte de um dos seus, da qual se fez “pouco caso”, os índios assassinaram vaqueiros e apossaram-se de gado e armas que estes portavam, repetindo a façanha em qualquer centro de povoamento branco com o qual se deparavam. Esta situação extrema, estopim da guerra no Norte do Brasil, não ocorreu repentinamente, pois que já se observava uma constante deterioração na relação amistosa que se havia estabelecido nos primórdios da interiorização das capitanias, com as alianças iniciais tornando-se apenas entraves para o desenvolvimento da máquina colonial, que necessitava mão de obra para a gerência das fazendas e currais de gado, e muita vez recorria ao apresamento ilegal dos nativos sob justificativa de guerra justa. Sendo assim, 1685 é o ano do princípio dos conflitos no Açu, e já no seguinte são enviados soldados para lidar com os rebelados: o resultado é a derrota das tropas oficiais, o que permite aos indígenas verdadeiramente assenhorem-se outra vez de ampla área outrora ocupada por colonos (SILVA, 2015).

Na própria região do Seridó, paraibana e potiguar, ocorrerão embates e derrotas dos terços enviados pela administração colonial. É neste período, quando os índios dominam os sertões, que os capitães e suas tropas terão de recorrer a prolongados aquartelamentos em casas-fortes, muitas construídas neste contexto de conflitualidade, e a mais famosa delas é a do Cuó, localizada na cidade de Caicó, a povoação mais importante do que viria a ser a Freguesia da Gloriosa Santa Ana do Seridó, criada a 1748. Haveria apenas uma solução para o problema da perigosa insurreição Tapuia, e esta era o socorro dos paulistas bandeirantes, já muito bem acostumados em combater indígenas no Brasil Central, e logo o Governo Geral haverá de recorrer aos seus terços (MACEDO, 2003 e 2015).

É interessante de ressaltar o quão definitiva e peculiar será a participação dos paulistas na Guerra dos Bárbaros em território da Paraíba e Rio Grande. Apenas a partir de 1688 é que os primeiros reforços de bandeirantes chegarão ao território do Açu, e ali retomando o seu controle para as mãos da administração oficial, e dispersando novas campanhas que resultariam na imposição de grandes derrotas aos indígenas rebelados. Os paulistas lutavam pela promessa de receberem sesmarias nas áreas onde lutassem, conquanto

estivessem desocupadas anteriormente, além de lhe serem entregues levas de gentios cativos, incluídos nos terços, vendidos para compor a mão de obra dos engenhos do litoral, ou mesmo mantidos pelos próprios paulistas, também como escravos. Dentre os grandes homens que fizeram parte da campanha de reconquista do Rio Grande e Paraíba, está o lendário Domingos Jorge Velho, que teve de adiar os planos de destruição do quilombo de Palmares para combater contra outros bárbaros Tapuia.

Após um começo difícil para os colonizadores, a chegada dos paulistas (o “Terço dos Paulistas” será instituído em 1695, por ordem do Governador Geral do Brasil) e uma política pragmática de apaziguamento de alguns indígenas permitiram que o conflito parecesse-lhes mais favorável, especialmente a partir da década de 1690. É importante destacarem-se duas instâncias específicas da guerra maior, para além da generalização de batalhas por todo o interior, que tinham pouco efeito sobre o desfecho final, pois que eram vitórias efêmeras, quase todas dos índios, que passaram a basicamente sobreviver do ataque às propriedades pecuaristas, alimentando-se da carne do gado, quando não caçando o gado solto na caatinga. A primeira batalha que simboliza a mudança de maré no conflito para o lado português é a vitória sobre os Canindé na atual Serra da Rajada, na cidade de Carnaúba dos Dantas, Seridó do Rio Grande/Paraíba, em 1689, quando inúmeros guerreiros destes Tapuia foram mortos, ao passo que mulheres e crianças foram aprisionados — refere a documentação que duzentas crias, mulheres e três dos maiores da tribo (LOPES, 1998).

A segunda destas batalhas importantes ocorreu quando os Tapuia Janduí, estes guerreiros que, na Paraíba, foram causa dos maiores estragos protagonizados por indígenas desde o dobramento dos Potiguara, atacaram o Arraial do Açú, no sertão do Rio Grande. Foram repelidos pela tropa do Capitão Manoel Afonso de Albertin, que impôs uma derrota definitiva aos gentios rebelados, e conseguiu matar muitos dos seus chefes, apresando também crianças e mulheres, que seriam exibidos troféus do triunfo no Recife. Combalidos pelas derrotas, o ímpeto rebelde dos Tapuia arrefecerá, e será já desenhado um efetivo controle da situação pela administração colonial, sem que os conflitos cessassem.

No princípio do século XVIII, o quadro já é bastante distinto de quando a guerra começou no território da Paraíba e do Rio Grande. Os paulistas dominam o interior das capitâneas, e muitos deles começam já a receber as sesmarias a partir de 1701, como também retornam os antigos moradores da região, numa situação de disputa entre estes e aqueles, que não será discutida neste trabalho. Assim, a Guerra dos Bárbaros quase que se limita ao interior do Ceará e do Piauí nesta fase, onde os indígenas são de fato massacrados pelos terços de paulistas, e ali a Confederação dos Cariris é efetivamente destruída pelo movimento irresistível da conquista europeia.

É fato que após as décadas de conflito, os nativos do interior das capitâneas do norte tenham sofrido intensas mudanças em seu *modus vivendi*. Como consequência da captura, muitos índios foram tornados em escravos ou integrados nos terços de paulistas como guerreiros. Os que se submeteram ao domínio português de maneira pacífica, tornando-se súditos do reino, foram aldeados em territórios próximos aos seus naturais, onde se designava missionário para vertê-los na cultura do catolicismo. Assim sendo, o fim da Guerra dos Bárbaros marcou a definitiva concretização da aculturação dos indígenas que, de uma forma ou de outra, passaram a ser partícipes no processo colonizador, e as resistências que de ensaiaram, ainda que não fúteis, foram insuficientes para sobrepor-se ao apoteótico esforço dos lusos no Novo Mundo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir este sintético trabalho, deve-se ressaltar uma vez mais o fato de a história da Capitania da Paraíba estar intimamente ligada àquela do Rio Grande e de Pernambuco. Por essa razão, no decurso deste

trabalho, não foi possível dissociar a documentação ou as narrativas destas três capitanias para tratar sobre a Paraíba e o Seridó, muita vez unicamente associado ao Rio Grande do Norte, onde os estudos concentram-se.

Compreender o complexo processo de interiorização da colonização portuguesa é impossível sem que os indígenas façam-se presentes. Considerados por muito tempo como empecilhos à conquista das terras brasileiras ou meros instrumentos em sua concretização, estas personagens aparecerem, neste período, enquanto protagonistas associados ao esforço dos colonos em consolidar o domínio e povoamento sobre as terras sertanejas. Muita vez vitimados pela traiçoeira ação de certos colonos, estes Tapuia defenderam-se tanto nos meios da institucionalidade como através das guerras, e estas foram ferrenhas, declaradas contra os que consideravam ilegítimos invasores. Não foi em vão a sua resistência.

A região do Seridó foi grande palco do jogo de interesses entre colonos e indígenas, pois que possuía grande potencial econômico para os primeiros e habitat natural dos segundos. A conquista das ribeiras que constituem esta parcela de território rio-grandense e paraibano foi demasiado importante para a consolidação da empresa colonial dos lusos na América, e teve de contar com diversos grupos sociais, antagônicos entre si, para ser concretizada, sendo a Guerra dos Bárbaros uma sangrenta página na rica história seridoense, ainda a desenrolar-se pelos filhos daqueles bravos de outrora.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de História Colonial: 1500- 1800**. Rio de Janeiro: Briquet, 1969.

BORGES, José Elias. Índios paraibanos – classificação preliminar. In: MELO, José Octávio de Arruda; RODRIGUES, Gonzaga (orgs.) **Paraíba: conquista, patrimônio e povo**. – por uma seleção de autores. 2. ed. João Pessoa: GRAFSET, 1993. pp. 21-42.

LIMA, Marcos Galdino. **O governo das almas: a expensão colonial no país dos Tapuias – 1651-1798**. Tese de Doutorado em História. Leiden, Holanda: Leiden University, 2004.

LOPES, Fátima Martins. Índios, colonos e missionários na colonização da **capitania do Rio Grande do Norte**. Mossoró: Fundação Vingt-in Rosado, IHGRN, 2003 (coleção Mossoroense. Série C; V. 1379).

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Em busca dos desaparecidos: remanescentes indígenas do sertão do Seridó (séculos XVIII e XIX)**. Rio Grande do Norte: UFRN, 2003.

\_\_\_\_\_. **Outras famílias do Seridó: genealogias mestiças no sertão do Rio Grande do Norte (séculos XVIII-XIX)**. Recife, 2013. 360 f. Tese (doutorado) - UFPE, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, 2013.

MEDEIROS, FILHO, Olavo de. Índios do Açú e Seridó. Brasília: Senado Federal Centro Gráfico, 1984.

PIRES, Maria Idalina Cruz, **Guerra dos Barbaros: resistência indígena e conflitos no Nordeste colonial**- Recife: UFPE, 2002.

SANTOS, Juvandi de Souza. **Escavação arqueológica da Atalaia do Mirante – sentinela histórica da Parahyba colonial**. Campina Grande/Queimadas: Copias & Papeis, 2018.



SILVA, Tyego Franklim da. **A ribeira da discórdia:** terras, homens e relações de poder na territorialização do Assu colonial (1680-1720). 2015. 176f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.